



Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Os portugueses deram-nos um mandato reforçado. Que mandato é este?

Fazer de Portugal um dos países mais competitivos e inclusivo da Europa. A partir da inovação, do conhecimento e da capacidade para empreender.

Para remover as desigualdades, vencer o desafio demográfico e assumir um papel na liderança da nova economia digital, no clima e na energia, que dará um futuro mais promissor à geração mais qualificada de sempre.

Temos um caminho para lá chegar. Uma liderança determinada e respeitada no plano internacional. E a vontade firme de uma maioria. Na verdade, uma clara maioria dos portugueses continua a preferir a estabilidade ao aventureirismo. O reformismo ao imobilismo. A ponderação à demagogia e ao extremismo.

Mostra bem a sagacidade do povo português. Tendo vivido momentos muito difíceis, sabe em quem podem confiar.



Recuperar a confiança, depois da imposição de uma austeridade descontrolada, foi um caminho lento e difícil. Para recuperar salários e rendimentos. Para garantir e reerguer serviços públicos. Para ganhar a confiança no sistema financeiro. Para reforçar a confiança na democracia. São estas as preocupações constantes deste Governo, pelas quais continuamos a bater-nos sem desfalecimento.

Muitos dos que partiram, infelizmente até incentivados a fazê-lo, voltaram a confiar e têm vindo a regressar. E temos a confiança dos muitos que nos procuram e que contribuem para a nossa sociedade e para a nossa economia. Em 2022 – vale a pena sublinhá-lo –, contribuíram com um saldo líquido de 1.500 milhões de euros para a segurança social.

Muitos provenientes de países considerados mais avançados. Do Reino Unido eram, em 2022, mais de 45 mil. Da Alemanha, mais de 20 mil. Da Itália, mais de 34 mil. Franceses, mais de 27 mil. Mais de 10 mil americanos e mais de 1500 canadianos. Fonte de riqueza, diversidade e de abertura de Portugal ao mundo.

Tem a ver com a nossa qualidade de vida e com o facto de continuarmos a estar entre os 5 países mais pacíficos da Europa e os 7 mais pacíficos do mundo.



Vivemos a crise da pandemia. A razão do conhecimento suportou a decisão política. Em nenhum momento cedeu à demagogia e ao populismo. Ninguém ficou para trás. É o que está no mais fundo dos nossos valores.

Os portugueses, escolheram quem deu provas perante as crises e a complexidade. E as provas continuam a ser dadas.

Em 2022 alcançámos o maior crescimento percentual do PIB dos últimos 35 anos e o 4.º maior crescimento do rendimento disponível das famílias, dos países da OCDE.

Ainda a erguermo-nos da pandemia, a Europa, trinta anos depois, entrou de novo na guerra. Mais de setenta mil mortos. Mais de 300 mil feridos. Com efeitos na economia e nas sociedades democráticas.

Mais uma vez, temos estado à altura das nossas responsabilidades: no acolhimento aos mais de 56 mil cidadãos provenientes da Ucrânia e, entre eles, mais de 14 mil menores; na defesa do direito internacional e na afirmação do projeto europeu.

Na proteção das empresas e das famílias para quem o governo mobilizou 9,4 mil milhões de euros (2022/2023).



A confiança no nosso País tem permitido que, entre 2015 e 2022, o crescimento do PIB tenha sido 10 vezes superior ao dos 15 anos anteriores e que as exportações tenham alcançado mais de 50% do PIB. Hoje, com 33% de bens e com 18% de serviços.

Afinal, aquele paradigma que levou a tantas teses e discursos sobre os bens transacionáveis tem agora concretização com o Governo do Primeiro-Ministro António Costa. Ironia das ironias.

As receitas das indústrias metalomecânica, máquinas, equipamentos e componentes para automóvel alcançaram valores históricos. E a inovação é evidente no registo de patentes. Em 2022, registámos 312 patentes, mais do dobro da média europeia, que é de 150.

Com a inserção de Portugal na dimensão estratégica integrada das Redes Transeuropeias de Telecomunicações, de Energia e de Transportes, Portugal assumirá uma vocação geoeconómica mundial na exportação de bens, de energia e de dados.

O IDE em Portugal é, em 2023, superior em 46 MM Euros em relação a 2015. Grande sinal de confiança no país.



É esta confiança que leva as famílias portuguesas a investir no futuro dos seus filhos. Em 2015, tínhamos 349 mil estudantes no ensino superior e, em 2022, 433 mil. Mais 20%.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Somos garantia de segurança às famílias e de previsibilidade às empresas. Temos de continuar a ser o fiel depositário da confiança dos jovens no futuro. A redução do défice e a da dívida pública não são uma obstinação do Governo. Significam um legado de sustentabilidade e de capacidade para apoiar as pessoas em momentos difíceis.

Nunca descuidámos o combate às desigualdades. A Garantia para a Infância, a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza e a Agenda para o Trabalho Digno, bem como o Acordo de Rendimentos ilustram a vontade de progresso. Em diálogo e cooperação.

Há mais postos de trabalho e os salários estão a crescer. O número de trabalhadores por conta de outrem ultrapassou, pela primeira vez, os 4 milhões. Em comparação com 2015, temos mais 1 milhão de trabalhadores por conta de outrem e menos 659 mil pessoas em situação de pobreza.



Os aumentos salariais são expressivos. Desde 2015, o SMN teve um aumento de 50%, o salário médio aumentou 26% e o dos jovens 44%. A Regulamentação Coletiva de Trabalho avançou para meio milhão de trabalhadores.

Se a pandemia nos fez sentir orgulhosos por este autêntico edifício humano de solidariedade que é o SNS, mostrou também a necessidade de o reforçar, e de o adaptar às novas necessidades. É o que esta maioria está a fazer, como hoje ficou bem patente. Sem antinomias.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Para nós, a escola é e será sempre fator de igualdade, autonomia, cidadania e desenvolvimento. Por isso, avançámos no reforço da educação pré-escolar, na promoção do sucesso educativo, na autonomia e flexibilidade curricular, na remoção dos bloqueios no acesso ao ensino superior, dos alunos do ensino profissional.

Agora, vamos abrir mais de 20 000 vagas em quadros de agrupamento de escolas e 10 000 vagas para a vinculação de professores. Só este ano, vamos



vincular quase o dobro dos professores do que o governo do PSD durante toda uma legislatura.

Com a atratividade dos grandes centros urbanos e a procura internacional do País, o direito à habitação tornou-se um dos mais complexos desafios, a que estamos a dar resposta. Em curso, temos as Estratégias Locais de Habitação, que permitirão dar uma casa a mais de 70.000 famílias.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados,

Num contexto de guerra na Europa, assumimos na plenitude as nossas responsabilidades na defesa da paz, da segurança e dos direitos humanos.

A defesa, a segurança e a justiça cooperam para proteger os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Por isso, assumimos novas Leis de Programação Militar e de Investimentos nas Infraestruturas e Equipamentos das Forças e Serviços de Segurança. Mais de 6 MM de euros nos próximos anos.

E é em nome da qualidade da democracia que estamos a investir 155 milhões de euros na modernização da Justiça, e no maior reforço de sempre



dos recursos humanos da Polícia Judiciária. Tendo como prioridade o combate à corrupção e à cibercriminalidade.

Melhorar as infraestruturas, valorizar os salários, qualificar e dignificar as condições de trabalho de quem serve as forças armadas, as forças e os serviços de segurança e a justiça tem sido uma prioridade política.

O desenvolvimento do país também se faz pela proximidade entre os cidadãos e os centros de decisão e pela qualidade do escrutínio democrático. Daí as mais de 250 presenças, durante esta legislatura, de membros do governo nesta Assembleia; e o maior avanço de sempre na devolução do poder às comunidades locais e regionais.

Transferimos para os municípios 22 novas áreas de competência, e os cinco poderes regionais passam a coordenar mais 200 competências.

Mais proximidade aos territórios e às pessoas. Mais coordenação entre serviços. Maior o escrutínio. Melhor democracia.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,



Alguns, como neste debate algumas vezes se viu, pretendem desesperadamente pôr em causa o significado do voto popular. Com isso mais não fazem do que exibir a sua própria fraqueza e a sua falta de alternativa credível.

Há boas razões para confiar no futuro.

A estabilidade desta maioria política já mostrou que, mesmo face à imprevisibilidade provocada pela guerra, tem capacidade para proteger as empresas e as famílias. Para continuar o esforço de crescimento da economia e de valorização dos salários. Para modernizar a sociedade e os serviços públicos. Para qualificar a vida democrática e fazer de Portugal um exemplo da nova economia e das sociedades abertas e democráticas.

Com os Portugueses e por Portugal.